

BRINCANDO PELAS RUAS DA CIDADE: O LUGAR DO INTERDITO E DA TRANSGRESSÃO EM TRÊS CONTOS AUTOBIOGRÁFICOS DE CLARICE LISPECTOR¹

André Luis RODRIGUES²

RESUMO

O ensaio detém-se na análise de três contos autobiográficos de Clarice Lispector, publicados em *Felicidade clandestina*, buscando refletir sobre as relações entre a história pessoal da escritora e a História em sentido mais amplo, e igualmente sobre a transgressão e o erotismo que permeiam as ações da menina pobre como busca da superação de sua condição. Para isso, lança-se mão do pensamento de Georges Bataille e de Michel de Certeau.

PALAVRAS-CHAVE: Literatura Brasileira, História do Brasil, Conto, Cidade.

ABSTRACT

This essay focuses on the analysis of three of Clarice Lispector's short stories, published in *Felicidade clandestina*, and aims at discussing the relationship established between the writer's personal history and History in general, as well as the transgression and eroticism that permeates the actions of the poor girl as a quest to surpass her social condition. The ideas presented here have been developed with the help of Georges Bataille's and Michel de Certeau's thoughts.

KEYWORDS: Brazilian Literature, Brazilian History, Short Story, City.

Décimo conto dos vinte e cinco que compõem o livro *Felicidade clandestina*, de Clarice Lispector (1994³), publicado em 1971, “Cem anos de perdão” teria saído antes nas páginas do *Jornal do Brasil*, e constitui com o conto que dá título ao livro e “Restos de carnaval” um conjunto de narrativas curtas que pode, entre outras coisas, ensejar algumas reflexões sobre as relações entre Literatura e História, em sentido amplo, e entre a ficção e a confissão, para tomarmos de empréstimo o par dialético proposto por Antonio Candido em sua leitura da obra de Graciliano Ramos, num sentido mais estrito (CANDIDO, 1955).

“Cem anos de perdão” rememora e reinventa as “peregrinações” e brincadeiras da menina Clarice pelas ruas do Recife. A filha de imigrantes pobres, de origem judaica, vindos da Ucrânia longínqua, moradora de um sobrado velho e pobre, diverte-se com a amiguinha a imaginar a propriedade dos palacetes das ruas dos ricos, naquilo que denominam brincar “de essa casa é minha”: “ ‘Aquele branco é meu.’ ‘Não, eu já disse que os brancos são meus.’ ‘Mas esse não é totalmente branco, tem janelas verdes.’ ” (p. 68). Ao mesmo tempo, vão caminhando por aquelas ruas e às vezes, com as carinhas nas grades, buscam conhecer melhor as respectivas “propriedades”, tão diferentes das casas que de fato conheciam e em que, geralmente alugadas, viviam. E vão assim descobrindo e vivenciando tão cedo as tremendas desigualdades da cidade grande.

Numa dessas paradas em busca de satisfazer a curiosidade infantil, a menina vislumbra uma rosa no jardim fronteiro de uma daquelas mansões, que parecia um pequeno castelo, e estaca “feito boba”, a olhar “com admiração aquela rosa altaneira que nem mulher feita não era.” (p. 68).

¹ Este texto, foi originalmente apresentado como comunicação no XVII Encontro Regional de História da ANPUH – “*O lugar da história*”, ocorrido em Campinas, IFCH / UNICAMP, de 06 a 10 de setembro de 2004. Algumas de suas reflexões foram sugeridas ao longo do curso de pós-graduação “Psicanálise e Literatura: O Mal na obra de Clarice Lispector”, ministrado pela professora Yudith Rosenbaum, no primeiro Semestre de 2003, na FFLCH / USP.

² Doutorando em Literatura Brasileira, FFLCH – USP.

³ Todas as citações dos três contos de Clarice ao longo do ensaio foram retiradas dessa edição e são seguidas apenas do(s) respectivo(s) número(s) de página(s).

E a partir desse vislumbre, “alumbramento”, a posse não pode mais permanecer apenas no plano do imaginário. Tomada pela paixão, mas colocando a seu serviço também a razão, a menina concebe o plano do furto. A outra menina, nunca nomeada e posta sempre num plano secundário, é convocada a ajudar. Ela irá vigiar para ver se não vem alguém, enquanto a menina executa o plano. O roubo não é isento de conseqüências. Além do medo, o sangue dos dedos, machucados pelos espinhos, que a menina chupa ao correr para casa com a rosa nas mãos. Ao chegar lá, a narradora mesma se pergunta: “O que é que eu fazia com a rosa?” E imediatamente responde: “Fazia isso: ela era minha” (p. 69).

O episódio, porém, não pára por aí e não se resume a um único ato transgressor, marcado por um impulso irreprímível. O gosto da transgressão se instaura quase como um vício: “Foi tão bom que simplesmente passei a roubar rosas.” (p. 70) E por fim, a “confissão” de que também roubava pitangas, para concluir e retomar o título do conto, parafraseando o adágio popular: “Nunca ninguém soube. Não me arrependo: ladrão de rosas e de pitangas tem 100 anos de perdão” (p. 70).

O modo como o conto é tecido e entretecido, a concisão, a plasticidade, a fluência da narrativa, o que é próprio enfim do literário não se destaca da história pessoal da escritora e da História num plano mais abrangente. A menina Clarice lembrada e recriada é ao mesmo tempo única e plural, pois é também a imagem de tantas meninas pobres do Recife e de outras cidades brasileiras, daquele tempo e de outros tempos. Em *O Recife: Histórias de uma cidade*, no capítulo em que aborda o início dos anos de 1930 (Clarice viveu aí a sua infância no final dos anos 20 e começo dos anos 30), intitulado “Mocambos e modernização”, logo na primeira página, o historiador Antonio Paulo Rezende apresenta duas fotos emblemáticas das desigualdades abissais presentes na capital pernambucana: de um lado, os mocambos, “precursores da favela”; do outro, as belas casas, os palacetes como os descritos por Clarice, “que davam o vigor da elite recifense na década de 30” (REZENDE, 2002, p. 103), contraste que ainda hoje – e talvez mais do que nunca – nos é tão familiar. E é assim que esse mesmo tempo aparentemente tão próspero é lembrado por Clarice, agora não em sua ficção, mas num depoimento comentado por Nádya Battella Gotlib, biógrafa da escritora:

“A meu modo feminino, também fui moleque de rua.” (...) Era “muito pobre, muito pobre. Filha de imigrantes”, afirma. E chegaram a passar muitas dificuldades. Um dia Clarice pergunta a Elisa, que era mais velha, se passaram fome. E Elisa responde: quase. E Clarice afirma, muito tempo depois: “Porque tinha em Recife, numa praça, um homem que vendia uma laranjada na qual a laranja tinha passado longe, tudo aguçado, e um pedaço de pão era nosso almoço” (GOTLIB, 1995, p. 69).

Esse “fui moleque de rua” ecoa (ou é eco d) o momento em que no conto a narradora afirma que, se o jardineiro estivesse por ali, ao pedirem que lhes desse a rosa, ele as expulsaria como se expulsam moleques”. Mas o que dá a singularidade do conto e da literatura de Clarice Lispector é aquele “a meu modo feminino”, porque o conto não é apenas a imagem de como aqueles que quase nada têm buscam escapar pela transgressão da miséria a que alguns, especialmente quando têm muito, gostariam de vê-los se sujeitarem, como também e sobretudo a da menina que transgride e que, nesse ato, ao mesmo tempo em que supera de certo modo a condição de pobreza, descobre a sua feminilidade. Essa transgressão tem um caráter nitidamente erótico e os índices desse erotismo se espalham pelo conto à mancha: a rosa vermelha, o sangue chupado dos dedos, o desejo de posse, o gozo proibido e escondido: “Foi tão bom”... Mas é ao tratar das pitangas roubadas que esse sentido quase se explicita:

Havia uma igreja presbiteriana perto de casa, rodeada por uma sebe verde, alta e tão densa que impossibilitava a visão da igreja. Nunca cheguei a vê-la, além de uma ponta de telhado. A sebe era de pitangueira. Mas pitangas são frutas que se escondem: eu não via nenhuma. Então, olhando antes para os lados para ver se ninguém vinha, eu metia a mão por entre as grades, mergulhava-a dentro da sebe e começava a apalpar até meus dedos sentirem o úmido da frutinha.

Muitas vezes na minha pressa, *eu esmagava uma pitanga madura demais com os dedos que ficavam como ensangüentados* (grifos meus).

Esse episódio não deixa também de (re)ligar o erotismo ao sagrado na imagem do espaço da igreja sendo profanado, penetrado pelas mãos da menina. Aparece aqui então mais uma transgressão, agora por parte da escritora adulta, como aquela outra o fora por parte da menina. Para uma melhor avaliação do caráter essencialmente transgressor desse ato podemos nos valer do pensamento de Georges Bataille, quando afirma que o erotismo e a transgressão foram expulsos do campo do sagrado pelo Cristianismo, assim como a mancha, a impureza e o pecado: “O diabo – o anjo ou o deus da transgressão (da insubmissão e da revolta) – era expulso do mundo divino” (BATAILLE, 1988, p. 15).

Visto desse modo o conto parece ganhar uma complexidade que talvez poucos obtiveram ao narrar situações de pobreza e privação. As carências e sua eventual superação, os desejos e sua eventual satisfação, a meninice e os momentos nela em que já desponta o que é próprio do adulto, o erótico e o sagrado, tudo isso só se pode separar de modo abstrato. Assim, a transgressão que contém em si um matiz erótico pode ser o meio (ou um dos meios) para algum modo de superação de uma condição de desigualdade social. Ao concluir que o roubo de rosas e de pitangas tem cem anos de perdão e que, além disso, são as próprias pitangas “que pedem para ser colhidas, em vez de amadurecer e morrer no galho, virgens”, Clarice não acaba por questionar a propriedade e por afirmar a prevalência do desejo?

Levados pelas mãos da narradora até as ruas do Recife, acompanhamos as perambulações da menina, os momentos em que ela depara com as desigualdades e aqueles em que ela intenta, com ou sem sucesso, superá-las ou ao menos minimizá-las. E é por essas ruas que ela se desloca inúmeras vezes do sobrado onde morava para a casa da amiga rica, filha do dono de um livraria, e que lhe prometera emprestar o livro tão desejado, *Reinações de Narizinho*, de Monteiro Lobato. Não sendo particularmente uma apreciadora de livros, ela submete a amiga pobre a uma insidiosa tortura, prometendo a cada dia o livro pedido para logo à sua chegada inventar uma desculpa qualquer para não emprestá-lo, até que a mãe descobre assustada e com horror o que a filha fazia com a outra.

Só assim ela pôde ter o livro tão desejado e, o que era ainda melhor, pelo tempo que quisesse, dissera a mãe, o que “valia mais do que me dar o livro: ‘pelo tempo que eu quisesse’ é tudo o que uma pessoa, grande ou pequena, pode ter a ousadia de querer.” (p. 18) Novamente, melhor do que a propriedade, a posse do objeto enquanto durar o desejo. (Mas não seria também: crítica à propriedade pela propriedade ou tão-somente para a ostentação, ausente o desejo? consciência de que a propriedade mata o desejo? sugestão de que o *proprietário* pode acabar se tornando escravo – *propriedade* – das *coisas* de que crê ser dono e senhor? compreensão de que aos despossuídos só é mesmo possível a posse momentânea?). E é mais uma vez o erotismo que permeia essa outra superação:

Chegando em casa, não comecei a ler. Fingia que não o tinha, só para depois ter o susto de o ter. Horas depois abri-o, li algumas linhas maravilhosas, fechei-o de novo, fui passear pela casa, adiei ainda mais indo comer pão com manteiga, fingi que não sabia onde guardara o livro, achava-o, abria-o por alguns instantes. Criava as mais falsas dificuldades para aquela coisa clandestina que era a felicidade. A felicidade sempre iria ser clandestina para mim. Parece que eu já pressentia. Como demorei: Eu vivia no ar... Havia orgulho e pudor em mim. Eu era uma rainha delicada. / Às vezes sentava-me na rede, balançando-me com o livro aberto no colo, sem tocá-lo, em êxtase puríssimo. Não era mais uma menina com um livro; era uma mulher com seu amante (p. 18).

Se em “Cem anos de perdão” é a transgressão que permite a superação da condição de menina pobre numa cidade grande e extremamente desigual para a obtenção do objeto do desejo; se em “Felicidade clandestina” é a insistência e a persistência inabaláveis que finalmente são recompensadas com a obtenção do que tanto desejara e ainda pelo tempo que quisesse; em “Restos

de carnaval” é a caridade chamada esmola pelo orgulho ainda ferido que possibilita obter o que tanto sonhara. A menina que morava no sobrado pobre, que só recebia “um lança-perfume e um saco de confete” e que deviam durar os três dias da festa, que só tinha como “fantasia” os cabelos frisados pela irmã mais velha e a boca pintada e ruge nas faces, recebe da mãe da amiga, provavelmente de família rica ou pelo menos mais bem situada, uma fantasia de rosa feita das sobras do papel crepom com que fizera a fantasia da filha.

Mas o que parecia ser o carnaval de seus sonhos torna-se mais um motivo de melancólico desgosto. O estado da mãe, que estava doente, piora e a menina é enviada à farmácia, para onde vai vestida de rosa, mas sem a maquiagem, isto é, “desencantada”, nas palavras da narradora, mulher adulta que não consegue perdoar ao destino e nem sequer entendê-lo. Num inesperado lance final, porém, ela é “salva”: um menino passando na rua em frente ao sobrado, onde a menina ficava postada, e

numa mistura de carinho, grossura, brincadeira e sensualidade, cobriu meus cabelos, já lisos, de confete; por um instante ficamos nos defrontando, sorrindo, sem falar. E eu então, mulherzinha de 8 anos, considerei pelo resto da noite que enfim alguém me havia reconhecido: eu era uma rosa (p. 34-5).

Nos três contos, a experiência pessoal transfigurada revela a história da menina e a História de seu tempo. A história particular é marcada pela privação de alguns objetos desejados, tão fáceis de adquirir por aquelas meninas ou meninos das classes mais favorecidas; uma rosa, um livro, uma fantasia de carnaval. Ao mesmo tempo, nos mostram os meios com que, quase sempre depois de transitar pelas ruas da cidade, a menina acaba por adquirir esses bens até então interditos, com diferentes preços a serem pagos por eles. Nessa história pessoal tão densa, a privação encontra-se sempre estreitamente ligada ao desejo e a seu caráter essencialmente erótico. Por outro lado, a História da sociedade brasileira como um todo é não só pano de fundo, mas elemento essencial para a compreensão dessa história individual. A condição de imigrante pobre, do mesmo modo que a dos migrantes que vinham ao Recife em busca de melhores condições de vida, não se separa da história de espoliação, de concentração de renda e desigualdade social, que os supostos anseios e ações por modernização (estes e aquelas presentes no Recife de então como em todo o Brasil) só parecem tê-las feito recrudescer. Mas é igualmente parte fundamental dessa História os meios pelos quais os menos favorecidos tentaram (e tentam ainda) superar essa condição, meios que muitas vezes encontram a sua melhor expressão naquilo que Michel de Certeau sugestivamente denominou “caça não-autorizada” (CERTEAU, 2004, p. 38). E não parece casual o fato de que, nas narrativas apresentadas, tal intento de superação se dê quase sempre nas ruas da cidade, o espaço público que ainda resistia à apropriação privada, mas que talvez, desde então, mas sobretudo hoje, vem sendo apropriado por grupos de forte poder econômico, dando origem aos shoppings, condomínios fechados, ruas particulares.

No tempo em que numa cidade grande como o Recife, as meninas pobres faziam as vezes de moleques de rua, a seu modo feminino de ser, a superação (ou tentativas de superação) de sua condição dava-se, entre outros modos, por aqueles narrados com delicadeza e sensibilidade por Clarice em seus contos. E hoje? Por parte dos meninos e das meninas pobres, do Recife e de outras grandes cidades brasileiras, por que meios essa superação pode se dar?

REFERÊNCIAS

- BATAILLE, Georges. *O Erotismo*. 3. ed. Trad. de João Bénard da Costa. Lisboa: Edições Antígona, 1988.
- CANDIDO, Antonio. “Ficção e Confissão”. In: RAMOS, Graciliano. *Caetés*. 5. ed. Rio de Janeiro: José Olympio Ed., 1955.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano – 1: Artes de fazer*. 10. ed. Trad. de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 2004.
- GOTLIB, Nádia Battella. *Clarice: uma vida que se conta*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1995.
- LISPECTOR, Clarice. *Felicidade clandestina*. 8. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1994.
- REZENDE, Antonio Paulo. *O Recife: histórias de uma cidade*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2002.